

RÉPLICA À "MISÉRIA DA CRÍTICA HETERODOXA"

Fernando J. Cardim de Carvalho

Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O segundo número da *Revista de Economia Contemporânea* trouxe extenso artigo de Marcos Lisboa em que o autor se propõe a examinar a validade das críticas heterodoxas ao pensamento neoclássico. Ao que tudo indica, aquele trabalho deverá ser seguido de outro (esperamos, mais compacto e objetivo) a respeito do método na tradição clássica, como sugere a bibliografia do texto publicado.

Entre as críticas heterodoxas identificadas no artigo de Lisboa, objeto de sua tentativa de refutação, encontram-se algumas provenientes de trabalhos de minha autoria, obrigando-me a juntar-me a debate de cujo início não tomei parte. Exercícios desta natureza são raramente produtivos. Camuflam-se diferenças importantes de concepção fragmentando-as em oposições pontuais. Por outro lado, o contraste de paradigmas (ou de visões, *à la* Schumpeter) raramente conduz a alguma conclusão mais construtiva. Visões alternativas normalmente não encontram sua justificativa na identificação de problemas internos a outra visão, mas, sim, na proposição de pontos de partida alternativos, que fundamentam uma abordagem na qual os fenômenos que são o objeto privilegiado de pesquisa se relacionam de modo diverso daquele proposto pela corrente de pensamento de que se trata. A identificação de anomalias no sentido de Kuhn, isto é, de problemas cuja resolução exige o acréscimo de hipóteses *ad hoc* a um corpo de postulados fundamentais que sustenta uma determinada visão, é importante para que possamos saber quando a probabilidade de uma revolução científica é maior, não para a justificação de caminhos alternativos.

Trocando em miúdos, não são as limitações de uma corrente de pensamento econômico para analisar problemas específicos que levam tantos pesquisadores a buscar novos paradigmas, mas a avaliação de que aquela

corrente está apoiada sobre postulados inadequados para descrever como uma economia moderna de mercado funciona. Em termos, finalmente, ainda mais precisos: não é a incapacidade da teoria neoclássica de lidar com este ou aquele problema adequadamente que nos leva a buscar alternativas a esta teoria, mas a própria concepção de mercado e de relações econômicas na qual ela se assenta.

Naturalmente, a insuficiência da teoria neoclássica para responder a questões tidas como fundamentais por outras visões (heterodoxas, se se quiser) serve de indicador de suas limitações. O problema, assim, não é se é possível introduzir em um determinado paradigma questões levantadas por outros, mas sim se estas questões são secundárias para uma visão enquanto são centrais para outras, ou se elas são abordadas como uma extensão natural de seus postulados e métodos ou se representam aquelas adições *ad hoc* que identificam um programa de pesquisa em degenerescência. Em outras palavras, as insuficiências da teoria neoclássica não são importantes em si mesmas, mas porque elas refletem uma hierarquia de problemas que diverge daquela proposta por outras visões.

Finalmente, é consequência da postura aqui explicitada o fato de que é possível a visões diferentes aproveitarem-se de resultados específicos obtidos por cada paradigma sempre que estes abordarem questões que tenham relevância para elas, ainda que a oposição a um dado paradigma em si se mantenha.

Esse ponto preliminar deve ser esclarecido nesta réplica por duas razões. Por um lado, o artigo de Lisboa parece partir do pressuposto de que a proposição de uma visão alternativa de economia só seria justificável se a teoria neoclássica se mostrasse incapaz de responder a questões específicas que outros candidatos a paradigmas se colocassem sem violar seus preceitos mais fundamentais. Isto é certamente bastante estranho. Como mostra Kuhn, o acúmulo de anomalias nos diz quando chega a hora de substituir paradigmas, não quando os candidatos à sua substituição devem ser desenvolvidos. Na verdade, para que haja uma revolução científica é preciso que por ocasião da eventual explosão do acúmulo de anomalias que torne clara a obsolescência de um paradigma outro paradigma esteja disponível, pelo menos na definição de seus fundamentos. Não se substitui algo por nada. É obrigação daqueles que percebem um paradigma como declinante dedi-

car-se à preparação de alternativas. Obviamente, porém, ao enfrentar anomalias, um paradigma não as percebe necessariamente como anomalias, mas, possivelmente, como problemas que demandam a flexibilização de certas hipóteses, o abandono de certas restrições etc. A tentativa de generalização desse paradigma para dar conta dessas anomalias o torna vácuo. Imperceptivelmente, no mais das vezes, escorrega-se para a tautologia, para o argumento tão genérico que nada mais explica. É difícil ver a concepção de equilíbrio proposta pelos modernos construtores de modelos de equilíbrio geral — entre os quais se auto-enquadra Lisboa — como algo mais do que vácuo, incapaz de distinguir fenômenos: inútil, portanto. Novos paradigmas não existem porque ninguém teria aparecido nas hostes neoclássicas para atacar este ou aquele problema, mas porque a visão de economia que fundamenta a teoria neoclássica é crucialmente divergente daquela proposta por outras correntes, entre as quais a pós-keynesiana.

Por outro lado, esse ponto é importante porque no evidente excesso de palavras do artigo citado (60 páginas!) nem sempre fica claro, afinal, o que exatamente o autor está afirmando. Por esta razão, limitar-me-ei neste comentário a examinar os temas específicos em que o autor se refere a trabalho meu, tornando esta réplica tópica, embora a mim me pareça que o ponto mais importante seja o levantado acima.

Meus trabalhos são citados um certo número de vezes, mas em apenas algumas delas me é possível identificar exatamente a que se refere Lisboa. Dentre estas, duas se referem à atribuição ao pensamento neoclássico de características que o autor nega lhe serem intrínsecas. Na primeira, Lisboa se pergunta se ergodicidade é ou não um postulado neoclássico. A razão da perplexidade do autor é expressa do seguinte modo:

Quando uma hipótese deve ser considerada um axioma? Deve-se esperar, pelo menos, que a maioria dos trabalhos a utilize. Neste caso, no entanto, uma vez mais eu, que trabalho com teoria de equilíbrio geral, sou pego de surpresa pela crítica heterodoxa: *jamaís encontrei qualquer hipótese semelhante ao axioma da ergodicidade (sic) nos principais modelos utilizados pela teoria do equilíbrio geral.* (grifo do original)

Esta afirmação, feita à página 7, é repetida, exatamente nos mesmos termos, aliás, na página 29, em uma provável pequena desatenção do autor e do editor. Em si, é certamente um argumento de difícil exame. O que, exa-

tamente, devemos nós, leitores, concluir dele? Que o autor deveria, talvez, ler mais? Provavelmente não: não há por que supor que o autor seja mal informado, dada, aliás, a extensa literatura citada em sua bibliografia. É certo, contudo, que para um trabalho com pretensões científicas é irrelevante como argumento se o autor encontrou ou não alguma coisa, no mínimo por duas razões. Em primeiro lugar, há pelo menos um autor amplamente conhecido e de grande influência sobre a teoria neoclássica que tornou a hipótese explícita 30 anos atrás e que parece ter passado despercebido pela rede de Lisboa. Diz o prêmio Nobel Paul Samuelson:

Finally, there was an even more interesting third assumption implicit and explicit in the classical mind. It was a belief in unique long-run equilibrium independent of initial conditions. I shall call it the 'ergodic hypothesis' by analogy to the use of this term in statistical mechanics. (Samuelson, 1969, p. 184)

Pode-se argumentar que Samuelson já não mais representa o pensamento neoclássico, superado pelos jovens turcos do moderno walrasianismo, e que hoje esta hipótese não faz mais parte dos seus postulados. Se esta é a resposta, trata-se naturalmente de um conflito intestino aos equilibristas gerais, que, arriscaria dizer, pouco interessa aos praticantes de outros paradigmas. Há, porém, ainda outras duas observações a serem feitas sobre a crítica de Lisboa. A primeira é que parece ser um hábito do autor usar suas próprias emoções e sentimentos como critério de validade de alguma observação. Isto já tinha sido feito no início do artigo (p. 6), quando Lisboa se pergunta a respeito de possíveis interesses ideológicos como móveis da escolha de paradigmas. Nesse contexto, o autor, em um estilo semi-humorístico pouco adequado a trabalhos com pretensões mais acadêmicas, se pergunta se alguns de nós, heterodoxos, não estaríamos afirmando que por trás de suas próprias idéias se esconderiam segundas intenções.¹ Além da arrogância do questionamento (parafrazeando o próprio Lisboa, eu devo confessar que *já* *encontrei* em qualquer texto crítico da teoria neoclássica alguém realmente interessado nas motivações subjacentes do autor e, com certeza, dificilmente algum tema estaria mais distante de minhas próprias preocupações), é impossível não nos perguntarmos, em resposta à pergunta de Lisboa ("Há um projeto invisível, que controla e justifica a minha pesquisa, e que eu ignoro?"), à maneira dos americanos: "Who cares?" Esta pa-

rece ser uma questão para psicanalistas e (talvez) para astrólogos, não para economistas acadêmicos.²

Mas ainda assim é possível arriscar uma resposta à questão mais geral: por que os trabalhos neoclássicos não explicitam a hipótese ergódica? A explicação que eu aventaria se apóia novamente em Kuhn: Lisboa cita trabalhos que constituem o que Kuhn chamaria de “ciência normal”, o trabalho de solução de quebra-cabeças que define o trabalho cotidiano dentro de um paradigma. A ciência normal não questiona os fundamentos de um paradigma. Estes fundamentos tendem a ser explicitados apenas nos momentos de revolução científica, tanto pelos que defendem os paradigmas sob ataque quanto pelos proponentes dos novos. Uma vez estabelecidos os novos fundamentos, a tarefa é estendê-los e aplicá-los, não questioná-los (até porque a ciência normal não tem como transcender os limites colocados pelo próprio paradigma). Em outras palavras, a indisputável erudição exibida pelo autor pode não ser exatamente aquela necessária a responder à questão que parece atormentá-lo.

A segunda questão em que a crítica à minha própria posição é identificável refere-se à natureza objetiva ou subjetiva da incerteza. Lisboa observa que “a maioria” dos autores neoclássicos trabalha com uma noção de probabilidade subjetiva (p. 19). Aqui devo conceder que meu próprio argumento foi fraseado em termos igualmente vagos, a respeito do que pensa “a maioria” dos economistas neoclássicos. A disputa dificilmente poderia ser resolvida na ausência de um censo dos economistas interessados. De qualquer modo, o grupo de realistas inclui toda a escola das expectativas racionais, cuja definição, proposta por Muth e aceita por todos — particularmente por autores como Robert Lucas Jr. (outro dos prêmios Nobel obtidos por autores neoclássicos) —, repousa exatamente na coincidência entre as distribuições objetiva e subjetiva de probabilidades. As referências bibliográficas aqui são numerosas e muito conhecidas de todos. Certamente a coletânea já clássica de Lucas e Sargent (1981) é mais do que satisfatória para demonstrar o ponto.

Duas das críticas mais óbvias ao texto de Lisboa são sua extensão, que infelizmente não se justifica pela variedade e profundidade das críticas apresentadas, e sua linguagem, imprópria para o debate acadêmico, com preocupações como a “destruição de toda uma corrente” e outras de semelhante

(melo)dramaticidade. Uma réplica que chame a atenção para isto não deve se vulnerabilizar repetindo os mesmos defeitos, particularmente a excessiva extensão. Para tanto, pelo menos uma questão importante apontada no texto de Lisboa será remetida a trabalhos já publicados e de fácil acesso. Entre estas, a mais importante é a questão da neutralidade da moeda a que Lisboa se refere, mencionando os muitos trabalhos neoclássicos que reconhecem a possibilidade de que, *no curto período*, a moeda influencie variáveis reais. Este é um antigo ponto de debate, onde a visão pós-keynesiana insiste na *não-neutralidade de longo período*. Para esse debate, contudo, tomo a liberdade de remeter o leitor à literatura pós-keynesiana, particularmente a meus próprios trabalhos, como, por exemplo, Carvalho (1992; 1995).

Um ponto de concordância, no entanto, em meio a todo o resto. A nota número 1 faz justa homenagem a Ricardo Tolipan, colega com quem convivi, para minha vantagem e prazer. Neste ponto, possivelmente único, eu subscrevo as observações de Lisboa sem reservas.

NOTAS

1. Isto pode ser apenas um lapso de redação do autor. O parágrafo que atribui motivações ideológicas à crítica heterodoxa, tendo como ponto de partida um texto de Ganem, precede outro que se inicia do seguinte modo: "A criatividade heterodoxa, no entanto, não se limita a propor motivações ideológicas. Davidson (...) Segundo Carvalho (...)" (p. 7). A conclusão inevitável parece ser a de que Davidson e Carvalho, além da curiosidade que possam ter com respeito à identidade ideológica de Lisboa, ainda por cima cometem outros deslizes que o autor passa a identificar.
2. Na verdade, a discussão de Lisboa sobre a influência da ideologia é excessivamente *naïf*, como algo que é assumido conscientemente por alguém. Este, porém, não é o meu campo de *expertise* e não pretendo insistir neste ponto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, F. *Mr Keynes and the Post Keynesians*. Cheltenham : Edward Elgar, 1992.
- . "Post Keynesian Developments of Liquidity Preference Theory". In: P. Wells (ed.). *Post Keynesian Economic Theory*. Boston : Kluwer, 1995.
- SAMUELSON, P. "What Classical and Neo-Classical Monetary Theory Really Was". *Canadian Journal of Economics*, 1968. Republicado em R. Clower (ed.). *Monetary Theory*. Harmondsworth : Penguin, 1969.